



CAXIAS — CIDADÃO E SOLDADO À SERVIÇO DO BRASIL

José Guará

Luiz Alves Lima e Silva, Duque de Caxias, digno patrono do Exército, é o símbolo da honra militar e um dos mais expressivos exemplos de retidão de caráter, de probidade no trato da coisa pública, de competência profissional, de pertinácia no cumprimento do dever e de fidelidade ao Brasil. Sua fulgurante carreira militar foi uma vertiginosa escalada no complexo de nossa formação como nação. Assim, as glórias que conquistou no campo de batalha se confundem com os épicos feitos plasmadores de nacionalidade, sendo na verdade o anjo tutelar de nossa soberania.

Nenhum grande chefe militar, de todos os quadrantes da terra, em qualquer fase da História, durou tanto tempo na crista dos acontecimentos e na admiração de seus conterrâneos. Costuma-se indagar a que atribuir os 55 anos de Caxias como guerreiro invencível e os longos anos de estadista e administrador laureado. Anibal, Alexandre, Júlio Cesar, Carlos Magno,

Turenne e Napoleão, grandes generais de todos os tempos, viveram entre glórias, mas uma glória efêmera para uns e quase sempre ofuscada por um desastre militar para muitos.

E como explicar tal fenômeno? Teria sido um gênio, um iluminado, um talento militar excepcional, um bravo, um privilegiado?

O General Otávio Costa, em primoroso estudo da personalidade do insigne patrono do Exército, responde a todas estas indagações:

"Caxias foi de tudo um pouco e, em sua longa peregrinação pela vida, superou-se dia a dia, sempre fiel a si mesmo e aos seus princípios; fiel à disciplina, à lei, à ordem, a Deus, e à humanidade. Nada quis que não a ordem, a paz e a unidade da Pátria. Sua vida é um primor de coerência. Sempre soldado e sempre fiel. A fidelidade a si próprio e à Nação projetaram o seu nome diante da posteridade".

O SOLDADO

Luiz Alves de Lima e Silva nasceu em 25 de agosto de 1803, dia de São Luiz, Rei de França, na antiga província do Rio de Janeiro. Filho e neto de generais, os seus hábitos foram forjados na rotina dos quartéis e o seu espírito recebeu a amálgama de nossas melhores tradições. Esses belos exemplos aprimoraram-lhe o caráter e uma irrepreensível conduta de ordem pessoal apontou-lhe o caminho da retidão, da ordem e da disciplina.

Tomado desde cedo aos desígnios de Marte, o deus da guerra, e predestinado pelas heráldicas virtudes da família ilustre, o futuro Duque de Caxias não se contaminou da volúpia do poder e nem se empolgou pelo comodismo das posições. "Era nobre pelo sangue, pelo heroísmo, pela lealdade. Com essas virtudes criou a aristocracia da bravura".

Cadete aos 5 anos, jura bandeira no dia em que completa 14 anos de idade e ingressa na real Academia Militar. No dia 10 de novembro de 1882, já no posto de Tenente, em tocante cerimônia na Capela Imperial, recebe das mãos do Imperador D. Pedro I "A Bandeira do Império recém-criada, não mais azul e branca com a coroa sobreposta ao escudo real lusitano, mas a verde de primavera e amarelo ouro", simbolizadora de uma grande nação, que emergia aos olhos do mundo civilizado.

Ajudante do Batalhão do Imperador, parte para a Bahia, on-

de as tropas sublevadas do Gen. Madeira de Melo constituem foco de resistência ao movimento de emancipação nacional. Aí, recebe seu batismo de fogo, "revelando excepcionais qualidades de inteligência e de bravura".

Dedicado ao serviço da Pátria, em sua longa carreira militar, tornar-se-ia o símbolo da nacionalidade, lutando pela consolidação da Independência, dominando com habilidade e energia os movimentos separatistas ou meramente sediciosos. Foi também o grande condutor de todos os triunfos contra os inimigos externos que ameaçavam a unidade, a segurança ou a tranquilidade do Império.

O PACIFICADOR

Caxias foi o pacificador e o dominador, pelas armas, das lutas internas. Vencedor sem oprimir, foi justo e sobretudo humano. Assim foi na "Abrilada" no Rio de Janeiro (1832); nos combates contra os fanáticos do bandido Balaios, no Maranhão (1840); nas refregas em torno de Sorocaba, em São Paulo; de Barbacena, em Minas Gerais (1842) e nos encontros pela posse de Alegrete, São Gabriel e Ponche Verde, na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1843 a 1845).

General aos 37 anos, Luiz Alves de Lima e Silva, revelou desde cedo qualidades de chefe, de líder militar e, acima de tudo, de estrategista. Nas manobras para a tomada de Sorocaba, nos lembra ao mesmo tempo Júlio Cesar, Tu-

renne, Napoleão e Moltke, na rapidez de movimentos, na diligência, na concentração de forças, na posição em círculo em torno do inimigo e no traçado de um meticoloso plano de operações. Já em Santa Luzia (Minas Gerais), Caxias lembra Aníbal na astúcia e se compara a Napoleão, quando procura a batalha em lugar de evitá-la.

No Rio Grande do Sul conflagrado na Guerra dos Farrapos, encontra a causa do Império em situação deplorável: o moral da tropa se mostrava abalado; os corpos das diversas armas desfalcados e mal municiados; não havia método de trabalho e nem organização. Seria uma guerra interminável, considerando-se a circunstância de que as forças legalistas se encontravam sitiadas.

Caxias reorganiza a tropa, dando-lhe disciplina e confiança. Surgem os planos de combate e o dramático apelo aos soldados de Antonio Neto e David Canabarro. Num gesto de altivez e de clarividência política, Caxias dirige-se aos Farrapos dizendo:

"Lembrai-vos que a poucos passos de vós, está o natural inimigo de nós todos, o inimigo de raça e de tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue. Vêde que esse estrangeiro exulta com essa triste guerra, com que nos estamos enfraquecendo e destruindo. Abracêmo-nos e unâmo-nos, para macharmos, não peito a peito, mas ombro a om-

bro, em defesa da Pátria que é a nossa mãe comum!"

Embora calasse profundamente na alma e na sensibilidade dos nossos irmãos gaúchos, a luta nos pampas ainda se prolongaria por mais dois anos, até a submissão dos bravos Farrapos, com a assinatura do tratado de paz, firmado em 1.º de março de 1845.

AS LUTAS EXTERNAS

Em 1851, Caxias se encontra novamente no Rio Grande do Sul. É o Presidente da Província e o Comandante-Chefe do Exército do Sul, ainda em organização. Suas previsões, no tempo da Guerra dos Farrapos, estavam confirmadas. O ditador João Manoel Rosas, Presidente da Argentina, começava a executar o seu plano de restabelecimento do Vice-Reinado do Prata, iniciando pela anexação do Uruguai. Para isso contava com o apoio de Manoel Oribe, seu comparsa e amigo da Banda Oriental. As atrocidades se sucediam e os brasileiros da fronteira eram envolvidos na mesma e sangrenta perseguição dos tiranos do Prata, estimulados no seu ódio ao Império e como represália ao comportamento da política externa brasileira, contrária às suas arbitrariedades e atos de banditismo.

Tornava-se inarredável o plano de intervenção do Império contra Oribe e Rosas. A ação é confiada a Caxias que invade o território uruguaio à frente de 20.000 homens, com apoio da Esquadra con-

fiada à experiência e valor pessoal do Vice-Almirante Greenfell, com base de operações no Rio Paraná.

O inimigo não resiste ao ímpeto das forças brasileiras, sendo completamente aniquilado, desparecendo os dois tiranos do cenário político das Américas. Unidos o Exército e a Marinha, na defesa de ideais comuns, escreveram belas páginas de heroísmo, que honram a nossa História, e de cujas lembranças ressaltam as vitórias no combate de Las Piedras, no de Monte Caseros e na vitoriosa Passagem de Toneleros. Era a consagração de Caxias como estrategista e comandante-chefe.

Restava Francisco Solano Lopes, o último caudilho e o maior tirano da história americana. Ambicioso como Rosas e mesquinho como Oribe, foi o responsável pelos fusilamentos em massa de seu próprio povo, tortura de prisioneiros e, por simples capricho, pelas mais revoltantes barbaridades. Disse com muita propriedade Affonso de Carvalho que "os crimes de Lopes são afrontas às leis de guerra e humilhações à espécie humana". E foi justamente esse infeliz dirigente de um nobre povo, quem se lançou contra a nossa Pátria, sem motivos aparentes, apenas alimentando-se de um ódio mortal ao Império e de um "sanguinolento desmembramento de sua megalomania".

Não pudemos evitar as contínuas provocações e nem os ultrajes à nossa soberania. E veio a guerra. Vítima da traição, o Brasil deserta atônito de um prolongado sono de paz. A alma nacional ferida agiganta-se para enfrentar o ini-

migo, que buscava nas ações de surpresa a vantagem inicial para suas armas. O povo acode ao chamamento da Pátria em perigo. Criam-se os corpos de Voluntários da Pátria. E na luta contra o inimigo bravo e audacioso, tivemos os nossos mártires que legaram à posteridade comovedor exemplo de heroísmo.

Identificados, mais uma vez, nos mesmos objetivos, o Exército e a Marinha realizaram prodígios em bravura e sacrifício, nos quais se projetaram a capacidade profissional, a coragem e o espírito de liderança dos nossos chefes; e a "constância e valor" dos soldados e marinheiros, que "souberam conservar os nossos canhões e bandeiras". Foram feitos gloriosos que dignificam o valor combativo do homem brasileiro.

Indubitavelmente, o ano de 1866 traria grandes transformações no teatro de operações. De uma estagnação prolongada, após a memorável Batalha de Tuiuti, o grosso dos exércitos aliados iria se movimentar no caminho de Assunção. O Marquês de Caxias, assumindo o comando das forças brasileiras e, após o desastre de Curupaiti, o comando supremo de todas as forças aliadas em operações contra o Ditador do Paraguai, iria introduzir sensíveis modificações no plano geral de campanha, na organização da tropa e nos órgãos de apoio, com resultados altamente positivos para o moral dos combatentes.

Nos métodos usados por Luiz Alves de Lima e Silva se conden-

sam todos os princípios de guerra empregados pelos grandes chefes militares, ao longo da História: 1 — planos de combate meticulosamente preparados; 2 — conhecimento do terreno; 3 — segurança dos depósitos; 4 — criação de posantes reservas; 5 — concentração e unidade de forças; 6 — rapidez de transporte e poder de mobilidade das forças em operações; 7 — iniciativa das manobras, de preferência por meio de ofensiva; 8 — criteriosa repartição de forças sobre a frente de combate, proporcionando a superioridade numérica do ponto escolhido na ocasião necessária; 9 — procura da batalha, em vez de evitá-la, tendo por fim não a retirada, mas a ruína completa do inimigo; 10 — posse das linhas de comunicação do inimigo e corte de sua retirada; 11 — aproveitamento dos erros do inimigo; 12 — capacidade de rápida mudança das linhas de combate.

A nomeação do Marquês de Caxias alegrou a todas as forças aliadas. Com sua experiência e valor profissional, deu vigor e desenvolvimento às operações, “fazendo cessar as rivalidades que tanto mal causavam à ordem e à disciplina”. O seu primeiro trabalho na qualidade de comandante supremo aliado, foi proporcionar nova estrutura às forças de terra, com base no Exército Imperial, e os meios indispensáveis ao cumprimento de sua honrosa missão. A seguir, estabelece um minucioso plano, objetivando a destruição do sistema defensivo de Solano Lopes e a abertura do caminho para Asunção.

Empreende, então, a célebre marcha de flanco, surpreendendo o inimigo pela esquerda de suas posições. Batido em São Solano, o Ditador se refugia no reduto fortificado de Humaitá, “concepção genial de engenharia militar”, situado numa das curvas do rio Paraguai, cuja passagem a Esquadra Imperial executa heróica e brilhantemente, na madrugada de 19 de fevereiro de 1868.

Caxias pôde, finalmente, executar a parte final de seu plano através de uma marcha pelos pantanais pestilentos do Chaco, no sentido de contornar, pela margem direita do rio Paraguai, as posições inimigas de Piquisiri, onde Lopes concentrava as suas últimas esperanças. A marcha extremamente audaciosa, pelas condições do terreno e em face da exiguidade de tempo de que dispunha o generalíssimo para sua execução, permitiu aos brasileiros e seus aliados o estabelecimento de uma sólida cabeça de ponte em Santo Antônio, à margem esquerda do rio Paraguai, novamente transposto com o apoio da Esquadra Imperial.

Caxias agora se lançaria para o sul, com o grosso do Exército, sobre o último reduto dos paraguaios. Em vão procurou o tirano conter o ímpeto do poder de destruição da artilharia de Mallet, da ação dos pontoneiros de Vilagran Cabrita, das irresistíveis cargas de cavalaria de Osório e de Andrade Neves, e das arremetidas indômitas da infantaria de Sampaio e de Fernando Machado, de cujas ações Itororó, Avaí, Lomas Valentinas

e Angustura são marcos gloriosos de nossa História Militar.

Estas vitórias levaram as tropas brasileiras a Ita-Ivaté, chave final de todo o sistema defensivo inimigo. Lopes acabava de perder o seu 4º e último exército e o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva comandante supremo das forças aliadas, atingia as culminâncias de sua brilhante carreira. Finalmente no dia 5 de janeiro de 1869, à frente dos soldados brasileiros, entrava triunfalmente em Assunção, dando a guerra como terminada.

Francisco Solano Lopes estava completamente aniquilado e sem forças regulares. Mesmo assim, teimava em resistir. Inicia, então, a desesperada fuga na direção dos esconderijos no interior de seu país. Correm-lhe no encalço tropas brasileiras, sob o comando do Marechal Conde d'Eu. É a campanha da Cordilheira e a última aventura do tirano.

O CIDADÃO

Caxias nasceu, viveu e morreu como soldado e na constelação de seus familiares, contam-se quatorze marechais. Mas, nem por estas razões deixou de ser o cidadão admirado e reconhecido no seu caráter, no respeito à lei e à ordem e no culto aos sagrados valores da nacionalidade. Aliás, ninguém ignora que a cidadania é atributo da condição do bom militar. Combatendo os ideais separatistas de maus brasileiros, estabeleceu a unidade do Império, criando os parâmetros de sua grandeza e digni-

dade. E ainda, mostrando-se magnânimo com os vencidos, como no episódio da "Abrilada", no qual foi protagonista seu amigo e condiscípulo Miguel de Frias Vasconcelos, e na anistia aos implicados na "Balaiada", Luiz Alves de Lima e Silva deu provas de sentimentos de humanidade, condição precípua às qualidades de uma boa cidadania e de verdadeiro chefe militar.

O ADMINISTRADOR

Em 1855, Caxias ocupa pela primeira vez, a Pasta da Guerra. Foi o grande reorganizador do Exército, procurando melhorar as condições da tropa e aparelhá-lo, objetivando sua nobre missão. De início, conseguiu a reformulação da Justiça Militar e criou o importante órgão técnico denominado Ajudante General, responsável pela organização, instrução, suprimento e planos de operações do Exército, no desempenho de sua missão na paz, mantendo a ordem interna; e na guerra, responsável pela nossa defesa e nossa soberania. Hoje, temos no Estado Maior o substituto do Ajudante General. Naturalmente, o vertiginoso progresso da arte da guerra e a multiplicidade de engenhos estabeleceram novas condições para o combate e para a manutenção dos serviços, alterando substancialmente as primitivas funções do órgão.

O serviço de Saúde e o Sistema de Recrutamento do Exército mereceram, igualmente, especial atenção de Caxias. Defendendo as re-

formas que adotaria no aperfeiçoamento do serviço militar, escreveu:

"É um sistema tortuoso, irregular e impróprio o do recrutamento forçado admitido entre nós. Enquanto não tivermos uma lei de recrutamento fundada nos sãos princípios da justiça e da equidade; uma lei que obrigue os cidadãos de qualquer condição, em circunstâncias bem discriminadas, a prestar seu contingente de serviço militar na força armada regular; uma lei que estimule, por isenção e favores, a voluntariedade para o serviço militar, e os engajamentos dos que já serviram o tempo estabelecido na lei; nunca teremos um Exército composto de elementos de moralidade e de ordem, como convém ao bom desempenho de sua nobre missão".

Em outras duas oportunidades, Caxias ocuparia a Pasta da Guerra, demonstrando sempre o incansável cuidado em promover a organização, a disciplina e o desenvolvimento do Exército.

De 25 de junho de 1875 a 5 de janeiro de 1878, ocupou o honroso cargo, pela última vez, cumulativamente com o de Presidente do Conselho de Ministros. Novamente, foi profíqua sua administração. Bastaria destacar algumas de suas iniciativas e realizações, para sentir-se que, mesmo enfermo, era aquele grande espírito, lúcido e dinâmico do passado.

Aqui estão:

1 — Vantagens para os veteranos da Guerra do Paraguai e para

a viúva ou descendentes do militar morto em ação; 2 — Favores ao combatente arrimo de família; 3 — Obrigatoriedade de emprego das vacinas de imunização da tropa; 4 — Reorganização da legislação do Exército; 5 — Uniformização dos planos de instrução militar; 6 — Ampliação da Escola Militar; 7 — Melhoria do nosso sistema de defesa na fronteira e construção das fortificações de Tabatinga, Corumbá e Uruguaiana; 8 — Modernização do armamento usado no Exército, incluindo o material Krupp na Artilharia; 9 — Execução do novo regulamento disciplinar e de serviços internos, do qual origina o atual RISG do Exército; 10 — Desenvolvimento dos serviços de transporte e comunicações.

O POLÍTICO

Luiz Alves de Lima e Silva, atendendo às circunstâncias da vida brasileira, foi político, como parlamentar e como Presidente do Conselho de Ministros, cargo que ocuparia pela terceira vez, em 1875, em substituição ao Visconde de Rio Branco. Não aspirava outra glória, senão a de haver dedicado a sua luminosa existência ao exclusivo serviço da Pátria.

O padre Joaquim Pinto de Campos, amigo pessoal do Duque de Caxias e seu mais completo biógrafo, argumentou:

"A lógica constitucional indicou como sucessor único do chefe do gabinete de 7 de março, a eminência conservadora,

em torno da qual não havia êmulos rivais, nem desafetos entre os seus correligionários. Única indicação que a todos podia congregar, mormente desde que, convertida em lei a idéia da emancipação, já não havia razões para divergências políticas, e pelo contrário a nova reforma eleitoral exigia a concentração de forças de cada um dos partidos”.

Crise mais séria, do que esses desentendimentos entre políticos, ameaçava a paz social e a tranqüilidade da família brasileira. Era a Questão Religiosa, de que resultara na prisão dos bispos D. Frei Vital de Oliveira, de Olinda e D. Antônio de Macedo Costa, de Belém do Pará, pela altivez e coragem com que se colocaram contra o governo imperial, no caso dos interditos das Irmandades. Caxias intervem com sua inabalável autoridade. E ao fazer a apresentação do Gabinete, dirige-se ao Imperador com estas palavras:

“Urge pôr termo a esse estado de coisas, e o meio mais profícuo, conforme dita-nos a consciência da própria responsabilidade, é a anistia”.

Pedro II era contrário à medida, estando neste particular solidário à Maçonaria. Caxias, então, impõe: ou a anistia ou a demissão do Gabinete. O Monarca sem outra saída, recua e concede a anistia. Sobre este episódio, vale recordar o pensamento de Carlos Mau, ainda muito oportuno nos dias em que vivemos:

“A evocação desses fatos marcantes na trajetória gloriosa de

Caxias, numa vida pública que durou mais de meio século, nos oferece subsídios muito oportunos em favor da seguinte tese: o militar não é instrumento passivo ao serviço de causas restritas ao trabalho de caserna, em dias pacíficos, e ao campo de batalha, nos dias de guerra. A ação política de Caxias no cenário nacional, no Império, deixa bem claro o pensamento de que um chefe militar será sempre um político, onde quer que a sua presença seja reclamada pelos acontecimentos. O nosso grande capitão legou-nos modelos que nunca perderão atualidade e, em cada momento histórico em que a espada sai da bainha para a defesa da Lei, que é a emanção a Ordem Jurídica, estabelece e consagra o princípio da autoridade. E certamente não foi por acaso que a espada se exigiu em símbolo protetor da Justiça”.

Em fins de 1877, após quase dois anos de ausência, o Imperador retorna da Europa. Na regência deixara a Princesa Isabel. Nesse período houve progresso geral no país e harmonia entre os Poderes. A paz dominou em todas as consciências, “sem que as mais leves nuvens turvassem o nosso firmamento, apesar de tantas circunstâncias que tenderam a enegrecê-lo.

Deputado pelo Maranhão, Senador pelo Rio Grande do Sul, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro da Guerra e Conselheiro de Estado, O Duque de Ca-

xias não foi feliz na política. De nada valeram, aos sentimentos de seus inimigos gratuitos, os serviços prestados à causa da Pátria, nem seus sacrifícios e glórias no campo de batalha, tão pouco sua operosa atuação como parlamentar e chefe de governo. Seus adversários, invejosos e mesquinhos, não raras vezes procuravam combatê-lo lançando mão de processos escusos e desleais. "A insídia, a maldade e a intriga, lembra Lima Figueiredo, são armas mais poderosas do que as de fogo ou as brancas manejadas pelo adversário no campo da luta".

Os maiores sofrimentos de Caxias foram sempre motivados pela sordidez dos embates políticos. O próprio Imperador foi deselegante ao atender seu pedido de demissão e de todo o Ministério. "A carta desconcertante de Pedro II abre a sepultura do Duque de Caxias, que se retira para a Fazenda de Santa Mônica, onde se acha Japaranã, no Estado do Rio". Af, no dia 7 de maio de 1880, morre na maior simplicidade. Pompas não quis. Sobre o uniforme legendário, viam-se apenas as Medalhas do Mérito Militar e a da Campanha do Paraguai. Caxias viveu como soldado e morreu como soldado. Foi amigo do Exército até o fim. "Desaparecia o baluarte do Império. Um túmulo tornava-se relicário!"

CONCLUSÃO

Caxias foi herói e martir. Herói no campo de batalha, vence-

dor e nunca vencido. Herói no cumprimento do dever e mártir na inveja e incompreensão dos políticos. À Pátria tudo dera, sem nada exigir. Nem ao menos na velhice, pôde merecer a paz dos justos. Em vez de louros, cingiram-lhe a fronte com a coroa de espinhos do desalento e das amarguras.

Mas, o Exército — herdeiro de suas glórias e depositário de suas excelsas virtudes — tomou-o como Patrono. É a consagração dos eleitos e o caminho inarredável para a imortalidade. No comportamento, nos anseios e nas aspirações de seus chefes e subordinados, o Exército é a afirmação legítima dos ideais de seu insigne patrono.

Na verdade, dos campos de Pirajá, berço da nossa independência, aos campos de Piratini, onde se plasmou a idéia de nacionalidade; de Tuiuti, chão sagrado das glórias da infantaria brasileira, aos redutos de Angustura, vitória consagrada das armas do Império; de Camaioire a Montese, marcos heróicos e triunfais das armas brasileiras na II Guerra Mundial, firmou-se dentro do Exército o primado da ordem constitucional e do respeito à lei, à ordem, à disciplina, a fé democrática e à predeterminação de vanguardeiro de nossa soberania.

A conduta do Exército é, ainda nos dias de hoje, o reflexo da vida de seu patrono. Nos 55 anos de sua luminosa e incansável vida pública, coincidentemente os de maior fulgor na história do Império e de todo o período republicano, a espada invicta do grande soldado manteve-se exclusivamen-

te ao serviço da Pátria, na paz e na guerra, para a defesa de seus legítimos direitos. Nas lutas internas, pacificando a família brasileira, e nos conflitos externos, no comba-

te à tirania e na defesa de nossa dignidade como nação livre, Caxias uniu o seu destino às vitórias do seu Exército que o eternizou na glória.



O professor José Gurgel Guará pertence ao corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde tem exercido várias atividades de ensino e de administração. Coursou a Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza (1942) e esteve na Escola Militar do Realengo, sendo desligado por motivo de saúde (1943). É Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1950) e Bacharel e Licenciado em Línguas Neo-Latinas pela UFRN (1963). Tem o curso superior de guerra da ESG (1976). Presentemente é professor de Estudos de Problemas Brasileiros da UFRN. É o delegado da ADESG no Rio Grande do Norte e Presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional.

Presentemente é professor de Estudos de Problemas Brasileiros da UFRN. É o delegado da ADESG no Rio Grande do Norte e Presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional.